

Superior Tribunal de Justiça

AÇÃO PENAL Nº 912 - RJ (2018/0242438-5)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
AUTOR : MARINETE DA SILVA
AUTOR : ANTONIO FRANCISCO DA SILVA NETO
AUTOR : ANIELLE SILVA DOS REIS BARBOZA
AUTOR : MONICA TEREZA AZEREDO BENICIO
ADVOGADOS : EVELYN MELO SILVA - RJ165970
SAMARA MARIANA DE CASTRO - RJ206635
RÉU : MARILIA DE CASTRO NEVES VIEIRA
ADVOGADOS : CARLOS EDUARDO DE CAMPOS MACHADO - RJ046403
LEONARDO MONTEIRO VILLARINHO - RJ087536
RAFAEL LUIZ DUQUE ESTRADA - RJ145385
MARIO FABRIZIO COUTINHO POLINELLI - RJ172639
JÉSSYCA TEIXEIRA DE MORAES SILVA - RJ206825
JOÃO PEDRO DRUMMOND MARQUES LEITÃO - RJ206955
ALAN BALASSIANO SAPIR - RJ217787
NASTASSJA THAMI CHALUB AMERICO DOS REIS - RJ189147

DESPACHO

Recebida a queixa-crime (fls. 303/304 e 323), não foi interposto recurso pelas partes.

Nesse passo, ressalto que as alterações promovidas pela Lei nº. 11.719/2008 ao rito comum (art. 400 do CPP) também produzem efeitos para o rito especial, previsto na Lei nº. 8.038/90 (AP 862 AgR, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO, Rel p/ Acórdão Ministro EDSON FACHIN, julgado em 05/04/2016, DJe de 05/08/2016.)

Assim, a despeito do previsto no art. 7.º da Lei nº. 8.038/90, o interrogatório será realizado somente ao final da instrução processual, resguardando, com mais propriedade, o exercício da ampla defesa e do contraditório, ao impor, primeiro, a oitiva das testemunhas de acusação, depois as de defesa, e, somente ao final, o interrogatório do réu, quando devidamente delimitada a acusação e conhecidas as correspondentes provas.

Portanto, tendo havido o trânsito em julgado do recebimento da queixa-crime (fl. 326), CITE-SE a Ré para que, no prazo de 5 dias, apresente sua defesa prévia, nos termos do que dispõe o art. 8º da Lei nº. 8.038/90.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora

